



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2024

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2024

### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

#### INTRODUÇÃO

A CAMÂMRA MUNICIPAL DE ARCOVERDE/PE, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. 014/2024, realizará processo de Dispensa, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e legislação aplicável, consoante descrição do objeto e características da prestação/ fornecimento abaixo discriminadas.

Os interessados podem apresentar propostas de preços no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da data da publicação de 26 de novembro 2024, até o dia 29 de novembro de 2024.

Formalização de consultas: os fornecedores interessados poderão formular consulta através do próprio e-mail: [camaramunicipal@arcoverde.pe.leg.br](mailto:camaramunicipal@arcoverde.pe.leg.br), as quais serão respondidas mediante envio de e-mail ao licitante solicitante, com cópia para todos os fornecedores que houverem solicitado cópia deste termo de referência.

EVENTO	DESCRIÇÃO	DATA	HORÁRIO
001	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS - INÍCIO	26/11/2024	07h00
002	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS – FINAL	29/11/2024	07h30
003	INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA/LANCES	29/11/2024	11h00 às 14h00
LOCALIZAÇÃO DO EDITAL: <a href="http://www.bnc.org.br/">http://www.bnc.org.br/</a>			

#### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3 **QUADRO DE QUANTIDADE E PREÇOS ESTIMADOS**

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR UNITARIO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALSADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA & CORRENTIVA DE ELEVADOR, FICA NA OBRIGAÇÃO DA EMPRESA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAL EQUIPAMENTOS PEÇAS	UNID	1	R\$ 9.767,32	R\$ 9.767,32



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



NECESSARIAS & PRESTAÇÃO DE RIÇOS, EM DETRIMENTO DA NECESSIDADE DE DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE.				
---	--	--	--	--

1.4. O Valor estimado total para a contratação para o Câmara Municipal de Arcoverde é de **R\$ 9.767,32** (nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).

### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 Os recursos orçamentários alocados para o pagamento do objeto da contratação oriunda da dispensa são oriundos da seguinte dotação orçamentária para o exercício 2024:

Unidade Gestora: 2 - Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde

Órgão Orçamentário: 1000 - Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Programa: 101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 2.49 – Despesas com Cerimonial e Eventos do Poder Legislativo.

Despesa: 3.3.90.90.00-Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1 – MSC/STN – 1.501.0000 Recurso Próprios.

### 3 DA CONDIÇÃO PARTICIPAÇÃO MEDIANTE COTAÇÃO

3.1 Poderão fornecer cotação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto referido neste termo de referência e que atendam as condições no mesmo constantes.

3.1.1 Os fornecedores interessados poderão formular consulta através do próprio site <http://www.bnc.org.br/sistema>.

3.1.2 Não poderão apresentar cotação os interessados impedidos ou proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, assim como os que não atendam às condições deste termo de referência;

### 4 INGRESSO NO PROCEDIMENTO DE COTAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente pelo site <http://www.bnc.org.br/sistema> a proposta com a descrição do objeto ofertado (obs.: em caso de avisos para cotação de produtos, a proposta indicará a marca do produto, e o preço), devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- IV - A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber em relação à respectiva atividade; e
- VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- VII- Declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vincularão a Contratada.
- 4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 4.3.1 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7 Uma vez enviada a proposta para o site indicado, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

### 5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- 5.1 A CPL realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;
- 5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
  - 5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.
- 5.3 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (Sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.4.1 Contiver vícios insanáveis
  - 5.4.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 5.4.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.4.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.4.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.5 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.5.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.5.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- 5.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

### 6 HABILITAÇÃO

- 6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação (condição de contratação) constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado na avaliação de preços de proposta.
- 6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro de Fornecedores do Município;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- 6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.7 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.7.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado à contratação.

### 7 DA CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (Cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4 O prazo de vigência da contratação será de 4 meses.

7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 8. SANÇÕES



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.12 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.13 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme Normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- 9.1 Os atos referentes ao procedimento prévio de solicitação de cotação para fins de dispensa serão divulgados pelo Diário Oficial dos Municípios (AMUPE) e encaminhados no site, via “chat” por mensagem eletrônica.
- 9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - 9.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- 9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
  - 9.13.2 ANEXO II- Estudo Técnico preliminar
  - 9.13.3 ANEXO III - Termo de Referência;
  - 9.13.4 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Arcoverde, 22 de novembro de 2024

---

KLEBER ROBERTO VIEIRA RAMOS  
PREGOEIRO



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



### ANEXO I

#### DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

<b>1.0 HABILITAÇÃO JURÍDICA:</b>
----------------------------------

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - 1.2.1 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
  - 1.2.2 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - 1.2.3 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
  - 1.2.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

<b>1.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:</b>
---

- 1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 1.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;
- 1.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.3.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório,



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

- 1.3.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 1.3.9 A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

### 1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 1.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 1.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 1.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 1.4.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 1.4.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 1.4.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 1.4.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 1.4.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 1.4.9 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### 1.5 Documentos para verificação da capacidade técnica:

- 1.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste Termo de Referência, por intermédio de atestado ou declaração em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:
- 1.5.2 Que o licitante já executou os serviços objeto desta licitação com um número igual ou superior ao quantitativo do Termo de Referência;
- 1.5.3 É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

1.5.4 Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Empresa manter contato com a sociedade atestante.

1.6 É expressamente vedado à **Contratada**:

1. A veiculação de publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da **Câmara Municipal de Arcoverde-PE**;
2. A subcontratação para a execução/entrega do objeto deste Termo de Referência;
3. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **Administração Pública Municipal**, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

---

KLEBER ROBERTO VIEIRA RAMOS  
PRESIDENTE DA CPL



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



## ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

#### CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO E GESTÃO DE ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE/PE

#### INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

#### 1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO-JUSTIFICATIVA (art. 18, § 1º, I da Lei nº 14.133/21)

A contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE atende a uma necessidade fundamental de preservação da segurança, acessibilidade e eficiência no funcionamento de um equipamento essencial ao atendimento do interesse público. O elevador desempenha um papel vital na garantia de acessibilidade universal, assegurando que todos os cidadãos, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, idosos e portadores de deficiências, tenham pleno acesso às dependências da Câmara Municipal.



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



O problema a ser resolvido é a possibilidade de falhas ou paradas no funcionamento do elevador, que podem comprometer não apenas a acessibilidade, mas também a continuidade das atividades legislativas e administrativas. Uma manutenção ineficaz ou inexistente pode gerar riscos à segurança dos usuários, prejuízos à imagem institucional e custos adicionais decorrentes de reparos emergenciais ou acidentes. Além disso, o funcionamento adequado do elevador é indispensável para garantir que a Câmara cumpra seu papel de atender a todos os cidadãos, promovendo a transparência e a participação popular nos processos legislativos.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação da empresa especializada representa uma ação preventiva de proteção ao patrimônio público, à segurança dos cidadãos e à eficiência do serviço prestado pela Câmara. É essencial que o equipamento esteja em pleno funcionamento para evitar transtornos que possam impactar o acesso da população aos serviços legislativos e comprometer a dignidade dos usuários. Assim, essa medida reflete o compromisso da gestão pública com a manutenção de padrões elevados de qualidade e segurança, reafirmando sua responsabilidade com o bem-estar coletivo e com a promoção de um ambiente institucional acessível e inclusivo para todos.

### **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- (art. 18, § 1º, II da Lei nº 14.133/21)**

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, contudo, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO- (art. 18, § 1º, III da Lei 14.133/21)**

A contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de elevadores na Câmara Municipal de Arcoverde-PE exige o cumprimento rigoroso de critérios de habilitação jurídica, trabalhista, social e econômico-financeira, em consonância com a legislação vigente e princípios de responsabilidade pública. No aspecto jurídico, a empresa contratada deve estar devidamente registrada e regularizada junto aos órgãos competentes, apresentando documentação como certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas, além do comprovante de inscrição no CNPJ. Na esfera trabalhista, exige-se a comprovação do cumprimento das obrigações legais com os empregados, incluindo a regularidade no recolhimento do FGTS e INSS.

No âmbito social, é imprescindível que a empresa demonstre compromisso com práticas inclusivas, igualdade de oportunidades e responsabilidade com as condições de trabalho, garantindo a segurança e bem-estar de seus colaboradores. Do ponto de vista econômico-financeiro, a capacidade de execução



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



contratual deve ser assegurada por meio de balanço patrimonial, índices financeiros e atestados de capacidade técnica que atestem a competência para a prestação dos serviços propostos.

Além disso, práticas de sustentabilidade devem ser incorporadas como critérios para a contratação, considerando as dimensões ambiental, social e econômica. Na esfera ambiental, a empresa deve adotar métodos que minimizem impactos, como o descarte adequado de resíduos e a utilização de materiais e tecnologias sustentáveis. Sob a perspectiva social, espera-se a promoção do bem-estar da comunidade e dos trabalhadores envolvidos. Por fim, na dimensão econômica, a sustentabilidade deve ser vista como um fator de eficiência, otimizando recursos e assegurando a relação custo-benefício ao poder público.

Ao estabelecer tais critérios, a Câmara Municipal de Arcoverde-PE reforça o compromisso com a legalidade, eficiência administrativa e responsabilidade socioambiental, alinhando-se às demandas contemporâneas de transparência e desenvolvimento sustentável.

#### **4 e 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO- (art. 18, § 1º, IV e VI da Lei n. 14.133/21)**

Dentro do presente estudo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições e da prestação de serviços realizados anteriormente pela Câmara Municipal de Arcoverde-PE. Este levantamento detalhado buscou compreender os padrões e demandas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva de elevadores, um serviço essencial para a funcionalidade e acessibilidade do órgão público. Com base nos dados coletados, foi possível observar o volume histórico das contratações e identificar eventuais lacunas ou sobrecargas que possam ter ocorrido em exercícios anteriores. Além disso, foi realizada uma análise criteriosa acerca da possibilidade de um aumento prudente no quantitativo de serviços contratados, tendo em vista a expansão dos serviços públicos e a necessidade de adequação à crescente demanda.

O estudo reconheceu que a ampliação do atendimento ao público e a modernização da infraestrutura institucional exigem maior frequência e qualidade nos serviços de manutenção. Tal incremento busca garantir a continuidade operacional dos elevadores, assegurando a segurança dos usuários e evitando paralisações que possam comprometer as atividades legislativas e administrativas da Câmara. Assim, considera-se fundamental que a nova contratação contemple um planejamento estratégico, prevendo não apenas as demandas atuais, mas também uma margem de aumento que proporcione flexibilidade ao contrato.

A contratação de uma empresa especializada para a manutenção dos elevadores deve obedecer a critérios técnicos rigorosos e à observância das normas de segurança em vigor. A empresa contratada será responsável pela execução de serviços preventivos regulares, capazes de evitar falhas, e pelos corretivos,



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



que solucionem eventuais problemas de forma célere e eficaz. Esse processo de avaliação e planejamento visa garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, promovendo uma gestão transparente e responsável, além de assegurar que a Câmara Municipal continue a desempenhar suas funções com excelência e acessibilidade.

Essa previsão visa garantir que o Órgão tenha flexibilidade para atender à expansão de suas atribuições sem comprometer a qualidade ou continuidade dos serviços. A estimativa total da solução foi calculada em R\$ 11.238,00 (onze mil, duzentos e trinta e oito reais), valor que abrange o período de doze meses de execução. Este montante foi definido com base em projeções realistas, alinhadas às expectativas de crescimento e à necessidade de manutenção de um patamar adequado de atendimento às novas demandas. A adoção desta abordagem tem como objetivo assegurar a eficiência na contratação e na prestação de serviços, prevenindo possíveis lacunas ou insuficiências durante o período estipulado.

No mesmo sentido, segue em anexo documentos comprobatórios de contratações anteriores por este órgão que comprovam a série histórica do consumo.

A tabela a baixo juntamente com a planilha de composição de custos que estará em anexo ao TERMO DE REFERÊNCIA apresenta as unidades de medida de cada item de contratação, a quantidade estimada de bens e serviços e o valor da contratação.

Por tudo isso, faz-se a análise críticas dos preços coletados para, ao final, definir a estimativa preliminar de preços mensal a serem pagos. Vejamos:

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR UNITARIO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALSADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA & CORRENTIVA DE ELEVADOR, FICA NA OBRIGAÇÃO DA EMPRESA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAL EQUIPAMENTOS PEÇAS NECESSARIAS & PRESTAÇÃO DE RIÇOS, EM DETRIMENTO DA NECESSIDADE DE DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE.	UNID	1	R\$ 9.767,32	R\$ 9.767,32
R\$ 9.767,32 (nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).					

### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO- (art. 18, § 1º, V da Lei n. 14.133/21)

Avenida Antônio Japiassú, 600, CentroArcoverde, PE — CEP: 56510-600 CNPJ:  
12.659.777/0001-41

Fone: (87) 3821-0140E-mail: [camaramunicipal@arcoverde.pe.leg.br](mailto:camaramunicipal@arcoverde.pe.leg.br)



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



O levantamento de mercado para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de elevadores da Câmara Municipal de Arcoverde-PE foi realizado com foco em identificar a solução mais eficiente e econômica para atender às necessidades da Administração. Para isso, foram estudados processos de contratações semelhantes realizadas por órgãos públicos da região, analisando-se editais e contratos anteriores. Essas consultas permitiram identificar práticas bem-sucedidas e a adoção de novas metodologias, tecnologias e inovações aplicáveis ao serviço. Verificou-se a utilização de softwares de monitoramento remoto, contratos baseados em indicadores de desempenho e treinamento técnico contínuo como diferenciais em editais recentes. A análise comparativa visou assegurar que a contratação atenda aos requisitos de segurança, eficiência operacional e conformidade com as normas vigentes, garantindo a melhor aplicação dos recursos públicos e a preservação dos equipamentos. Esse processo fortalece a transparência e a eficiência administrativa, alinhando-se às melhores práticas de mercado.

### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO-(art. 18, § 1º, VII da Lei n. 14.133/21)**

O levantamento de mercado para a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de elevadores da Câmara Municipal de Arcoverde-PE foi realizado com foco em identificar a solução mais eficiente e econômica para atender às necessidades da Administração. Para isso, foram estudados processos de contratações semelhantes realizadas por órgãos públicos da região, analisando-se editais e contratos anteriores. Essas consultas permitiram identificar práticas bem-sucedidas e a adoção de novas metodologias, tecnologias e inovações aplicáveis ao serviço. Verificou-se a utilização de softwares de monitoramento remoto, contratos baseados em indicadores de desempenho e treinamento técnico contínuo como diferenciais em editais recentes. A análise comparativa visou assegurar que a contratação atenda aos requisitos de segurança, eficiência operacional e conformidade com as normas vigentes, garantindo a melhor aplicação dos recursos públicos e a preservação dos equipamentos. Esse processo fortalece a transparência e a eficiência administrativa, alinhando-se às melhores práticas de mercado.

### **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO- (art. 18, § 1º, VI da Lei n. 14.133/21)**

Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



A realização de licitação por item ou lotes encontra previsão no art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021, desde que (I) o objeto seja divisível econômica e tecnicamente; (II) não reste comprometida a integridade do objeto da contratação e (III) a divisão não culmine na elevação desproporcional dos preços, tudo de forma a garantir ampla e maior competitividade entre os licitantes interessados na licitação.

Diante da necessidade e da vantagem para a Administração Pública no parcelamento da contratação, entende-se que o método mais eficiente para o parcelamento é a realização de um planejamento estratégico detalhado, considerando as especificidades de cada compra e a capacidade de pagamento do órgão público.

### **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS- (art. 18, § 1º, IX da Lei n. 14133/21)**

A contratação de uma empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE é essencial para garantir a eficiência e segurança dos serviços públicos. Tal medida reflete o compromisso com a qualidade, ao evitar desperdícios e a inutilização de recursos, promovendo maior economia e sustentabilidade. Além disso, ao atender de forma ágil e eficaz às demandas de manutenção dos servidores, a iniciativa potencializa o desempenho das atividades administrativas. A manutenção preventiva reduz o risco de falhas e custos com reparos emergenciais, enquanto a corretiva assegura a continuidade do funcionamento do elevador. Assim, a contratação possibilita um ambiente mais seguro e funcional, beneficiando diretamente os servidores e os cidadãos que utilizam os serviços da Câmara. Dessa forma, espera-se que os recursos públicos sejam melhor utilizados, contribuindo para a eficiência administrativa e a qualidade no atendimento das necessidades da população.

### **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS - (art. 18, § 1º, X da Lei n. 14.133/21)**

A Administração Pública tem o dever de adotar medidas que assegurem a eficiência e a legalidade nos processos de licitação, garantindo a celebração de contratos vantajosos e que atendam ao interesse público. No caso da contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de elevadores para a Câmara Municipal de Arcoverde-PE, é imprescindível que a Administração identifique previamente as necessidades técnicas e operacionais do serviço. Isso inclui a elaboração de um termo de referência detalhado, com especificações claras, a capacitação de servidores para a gestão e fiscalização contratual, e a definição de critérios objetivos para avaliar a qualificação técnica dos licitantes. Tais medidas são essenciais para prevenir falhas operacionais, assegurar a segurança dos usuários e evitar interrupções no funcionamento dos elevadores. Além disso, a capacitação de pessoal interno reforça a transparência e o controle no acompanhamento da execução do contrato, contribuindo para o cumprimento de metas e para o uso eficiente dos recursos públicos.



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES - (art. 18, § 1º, XI da Lei n. 14.133/21)**

A Administração Pública tem o dever de estimar adequadamente os quantitativos das contratações, considerando a possibilidade de outras contratações correlatas. Essa prática é essencial para assegurar a eficiência no uso dos recursos públicos, permitindo a obtenção de ganhos de escala. Contratações correlatas referem-se àquelas que envolvem objetos similares ou complementares, como, no caso da Câmara Municipal de Arcoverde-PE, a contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de elevadores. A análise prévia de demandas correlatas possibilita a negociação de melhores condições contratuais, ampliando a economicidade e a eficiência. Ademais, contribui para evitar a duplicidade de esforços ou contratos sobrepostos, promovendo uma gestão pública mais racional. Dessa forma, o planejamento adequado dessas contratações é indispensável para o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

### **12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE- (art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133/21)**

A contratação de uma empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE pode trazer impactos ambientais, dependendo das práticas adotadas pela contratada. A princípio, a atividade em si não é diretamente causadora de grandes danos ambientais, uma vez que o foco está na conservação e funcionamento adequado de um equipamento. Contudo, aspectos como o descarte inadequado de peças substituídas, vazamento de óleos lubrificantes ou fluidos hidráulicos e o uso de materiais não sustentáveis podem gerar impactos ao meio ambiente. Por outro lado, uma empresa comprometida com boas práticas ambientais pode minimizar ou até mesmo eliminar esses riscos, adotando processos de reciclagem e descartes seguros. Assim, é essencial que o contrato exija medidas de conformidade ambiental, como o cumprimento de normas de descarte e o uso de materiais sustentáveis, para evitar danos ao meio ambiente. Dessa forma, o impacto ambiental dependerá diretamente da postura da empresa e da fiscalização contratual.

### **13.POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA-( art. 18, § 1º, XIII da Lei n. 14.133/21)**

A contratação de uma empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE se mostra adequada e necessária para atender à finalidade pretendida. Elevadores são equipamentos essenciais para a acessibilidade e funcionalidade de espaços



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



públicos, especialmente em instituições como uma Câmara Municipal, onde há fluxo constante de servidores, visitantes e cidadãos. A manutenção preventiva reduz o risco de falhas, garantindo segurança e eficiência no uso diário, enquanto a manutenção corretiva assegura o pronto restabelecimento do funcionamento em caso de falhas. A escolha de uma empresa qualificada promove conformidade com normas técnicas e regulamentações de segurança, além de evitar prejuízos decorrentes de acidentes ou paralisações prolongadas. Ademais, a contratação especializada assegura o uso de peças originais e práticas adequadas, prolongando a vida útil do equipamento. Portanto, o posicionamento conclusivo é de que a contratação é plenamente adequada para atender à necessidade de garantir acessibilidade, segurança e funcionalidade no ambiente da Câmara Municipal de Arcoverde-PE.

Arcoverde, 22 de novembro de 2024

---

**WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA**  
**PRESIDENTE Câmara Municipal de Arcoverde**



# PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



## ANEXO III

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

Constitui objeto deste projeto a Contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE, **conforme descrição do item 7 deste Termo de Referência.**

1.2. O objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, na Lei nº 14.133/21, art. 75º, inciso II, com critério de julgamento **MENOR PREÇO.**

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal de Arcoverde-PE atende a uma necessidade fundamental de preservação da segurança, acessibilidade e eficiência no funcionamento de um equipamento essencial ao atendimento do interesse público. O elevador desempenha um papel vital na garantia de acessibilidade universal, assegurando que todos os cidadãos, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, idosos e portadores de deficiências, tenham pleno acesso às dependências da Câmara Municipal.

O problema a ser resolvido é a possibilidade de falhas ou paradas no funcionamento do elevador, que podem comprometer não apenas a acessibilidade, mas também a continuidade das atividades legislativas e administrativas. Uma manutenção ineficaz ou inexistente pode gerar riscos à segurança dos usuários, prejuízos à imagem institucional e custos adicionais decorrentes de reparos emergenciais ou acidentes. Além disso, o funcionamento adequado do elevador é indispensável para garantir que a Câmara cumpra seu papel de atender a todos os cidadãos, promovendo a transparência e a participação popular nos processos legislativos.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação da empresa especializada representa uma ação preventiva de proteção ao patrimônio público, à segurança dos cidadãos e à eficiência do serviço prestado pela Câmara. É essencial que o equipamento esteja em pleno funcionamento para evitar transtornos que possam impactar o acesso da população aos serviços legislativos e comprometer a dignidade dos usuários. Assim, essa medida reflete o compromisso da gestão pública com a manutenção de padrões elevados de qualidade e segurança, reafirmando sua responsabilidade com o bem-estar coletivo e com a promoção de um ambiente institucional acessível e inclusivo para todos.



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



### 3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1. Fornecer todas as informações disponíveis sobre o objeto deste TR.
- 3.2. Efetuar o pagamento mediante o recebimento pleno do objeto e apresentação da Nota Fiscal com as devidas retenções de impostos.
- 3.3. Prestar à CONTRATADA, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao objeto deste Termo de Referência, de forma a otimizar a sua entrega e atendimento aos preceitos de qualidade.
- 3.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- 3.5. Verificar minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na proposta, para fins de aceitação e recebimento;
- 3.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.7. Acompanhar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- 3.8. A contratação será realizada com fundamento na Lei 14.133/21 e INSTRUÇÕES NORMATIVAS.

### 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes em sua proposta;
- 4.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes em sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 4.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.4. Enviar DANFE e arquivo das notas fiscais para o e-mail;

### 5. RECEBIMENTO, PRAZO, CRONOGRAMA E FORMA DE ENTREGA

- 5.1. Os serviços descritos neste Termo de Referência deverão ser executados na sede da Câmara Municipal de Arcoverde em dias úteis e horário comercial, com atendimento presencial, e para a perfeita execução dos serviços obriga-se a:

I - Garantir pelo menos 01 (um) técnico para atendimento presencial, prestando todas as consultas solicitadas.

### 6. QUALIDADE E GARANTIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 6.1. Os produtos constantes deste Termo de Referência deverão ser garantidos, pelo período de 06 (seis) meses, que serão computados a partir da data da efetiva prestação.



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



### 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO MATERIAL/SERVIÇO

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR UNITARIO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALSADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA & CORRENTIVA DE ELEVADOR, FICA NA OBRIGAÇÃO DA EMPRESA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAL EQUIPAMENTOS PEÇAS NECESSARIAS & PRESTAÇÃO DE RIÇOS, EM DETRIMENTO DA NECESSIDADE DE DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE.	UNID	1	R\$ 9.767,32	R\$ 9.767,32
R\$ 9.767,32 (nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).					

### 8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento da empresa contratada será efetuado em moeda corrente nacional em até 10 (dez) dias úteis a partir da conclusão dos serviços, verificados e aceitos pelo gestor do contrato, juntamente com a correspondente Nota Fiscal/Fatura.

8.2 De acordo com a legislação municipal, todas as empresas prestadoras de serviços estabelecidas fora do município de Arcoverde e que emitirem Nota fiscal autorizada por outro município para tomador de serviço estabelecido no município de origem, são obrigadas a efetuar o cadastro na Prefeitura Municipal de Arcoverde.

8.3 Sobre os valores referentes a prestação de serviços, serão retidos, na fonte, pela Contratada, o percentual correspondente ao IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/Pasep, na forma definida pelas Instruções Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal (IN 1.234/2012), bem como as alíquotas correspondentes ao INSS e ISSQN, quando for o caso, cabendo à Contratada destacar os percentuais devidos, quando da emissão das Notas Fiscais/Faturas.

8.4 Em caso, da CONTRATADA se enquadrar no artigo 4º incisos III, IV ou XI da Instrução Normativa – RFB n.º 1.234/2012, esta deverá no ato da assinatura do Instrumento Contratual, apresentar 02 (duas) vias originais da declaração em conformidade com os modelos específicos na Instrução Normativa e em suas respectivas alterações.

a) As 02 (duas) vias citadas declarações deverão ser encaminhadas na forma original, assinadas e



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



datadas conforme o dia do recebimento da Ordem de Compra/Serviço;

- b) A declaração original, poderá ser apresentada por meio eletrônico, com utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), desde que, no documento a ser arquivado conste a assinatura digital do representante legal e a respectiva data de assinatura, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº10.278, de 18 de março de 2020.
- c) A Contratada deverá informar à Contratante, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada.

8.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA. A CONTRATADA promoverá a retenção, quando for o caso, de todo e qualquer tributo devido em decorrência do presente contrato, na forma da legislação vigente.

### 9 . SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal de Arcoverde poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.2A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva contratada.

9.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Empresa ou cobrada judicialmente.

9.2.2. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” da subseção 9.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” da mesma subseção 9.1.

9.2.3. Caberá apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção

9.2.4. As sanções somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo.

9.2.5. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº12.846/2013.

9.3 A Contratante deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicada aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS de que trata o artigo 23 da Lei nº 12.846/2013.

9.4. Além do previsto nos subitens anteriores, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no Regulamento de Licitações, contratos e convênios da Administração, a contratante poderá aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais e da reparação dos danos causados à Administração Pública:

- a) Advertência;
- b) Multa;

9.5. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

9.6. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

9.7 Das penalidades de que tratam as alíneas “a” e “b” cabe recurso ou pedido de representação na forma da legislação em vigor.

9.8. A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da contratante, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade, exceto nos casos de reincidência dos fatos que ensejaram a advertência, quando deverá ser aplicada penalidade de multa na forma da alínea “c” do item 9.8.1 infra.

9.8.1. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- a) recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ordem de Compra/Serviço - OCS no prazo estabelecido: 10% (dez por cento) sobre o valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS;
- b) atraso na entrega do objeto da licitação, ou parte dele, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



vírgula trinta e três por cento), por dia de atraso, sobre o valor do produto não entregue, até no máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS, o que ensejará a rescisão contratual;

c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor global da Ordem de Compra/Serviço - OCS para cada evento.

9.9. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

9.10. As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da contratante, através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, podendo a contratante descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à do fornecedor e/ou da garantia prestada (quando for o caso).

9.11. Se o valor a ser descontado pela contratante for insuficiente, ficará o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação oficial.

9.12. O valor total das multas, aplicadas na vigência da Ordem de Compra/Serviço - OCS, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global, o que ensejará a sua rescisão.

### 10. PREÇO

10.1 No preço ofertado deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, frete e outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto no local estabelecido.

### 11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação consta nos autos do processo de **R\$ 9.767,32 (nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos)**.

### 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 As despesas com o objeto a ser contratado estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Arcoverde para o exercício de 2024.

Unidade Gestora: 2 - Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde

Órgão Orçamentário: 1000 - Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 1001 - Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Ação Legislativa

Programa: 101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Ação: 2.49 – Despesas com Cerimonial e Eventos do Poder Legislativo.

Despesa: 3.3.90.90.00-Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1 – MSC/STN – 1.501.0000 Recurso Próprios



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



### 13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos neste Termo, será verificado mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- d) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- f) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

13.1.1. As consultas aos cadastros mencionados nas letras "b", "c", "d" e "e", anteriores, poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), conforme o caso.

13.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.2. O proponente melhor classificado deverá apresentar a documentação no momento do envio da proposta, de acordo com os parâmetros a seguir:

- a) documentação jurídica da empresa:
  - a.1) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), cadastro, este, administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):
    - b.1) Certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e
    - b.2) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

#### 13.3 Documentos para a habilitação jurídica:

13.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



13.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

13.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local desua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bemcomo o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

### 13.4 Documentos para verificação da capacidade técnica:

13.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho do objeto licitado em características, quantidades e prazos similares são objeto deste Termo de Referência, por intermédio de atestado ou declaração em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem:

13.4.1.1. Que o licitante já executou os serviços objeto desta licitação com um número igual ou superior ao quantitativo do **item do quesito 7 desse Termo de Referência**;

13.4.1.2. Para a comprovação do disposto acima, será aceito o somatório de atestados por período não inferior a 3 (três) anos, e deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados.

13.4.1.3. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

13.4.1.4. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

13.5. É expressamente vedado à **Contratada**:



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



4. A veiculação de publicidade acerca deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da **Câmara Pública Municipal**;
5. A subcontratação para a execução/entrega do objeto deste Termo de Referência;
6. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **Câmara Pública Municipal**, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parentes em linhareta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

### 14. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

14.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, do modelo em anexo a este Termo de Referência, contendo:

- a) Dados cadastrais completos, incluindo telefone e e-mail;
- b) Valor unitário e total;
- c) Marca, Modelo e Fabricante, se for o caso;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

14.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

14.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da contratada e aceitação do licitante.

14.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

14.6. Após encerramento da fase de lances, o licitante vencedor pelo menor preço, deverá enviar proposta detalhada, conforme modelo anexo, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, para o e-mail [camaradearcoverdecpl2022@gmail.com](mailto:camaradearcoverdecpl2022@gmail.com), sob pena de desclassificação. O mesmo prazo de 2 (duas) horas será observado, aos demais licitantes, caso sejam convocados para envio de proposta.

### 15. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Como alternativa à assinatura do Contrato/OCS tradicional em papel, e seu envio à Câmara



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



Municipal de Arcoverde, as partes, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

### 16. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

**16.1.** Para fins de qualificação econômica-financeira, deverá ser observado os requisitos exigidos no aviso de dispensa eletrônica.

### 17. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

17.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



2022, art. 22, III);

17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

17.7.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

17.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

17.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

17.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

17.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



17.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

17.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17.12. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

17.12.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

### 18. DA RESCISÃO

18.1. A rescisão deste Contrato se dará nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 19. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

19.1. É vedada a prestação dos serviços, ora contratados, por familiar de empregado da Câmara Municipal, que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de qualquer natureza.

19.1. Entende-se como familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

---

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA  
PRESIDENTE



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



### ANEXO IV

#### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADOR Nº ...../2024, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE E A EMPRESA..... NA FORMA DA LEI.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE-PE, com sede no(a) ....., na cidade de Arcoverde – Estado de Pernambuco, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) .....(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de .... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, da Dispensa n. \_\_\_\_/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de elevador, para a Câmara Municipal de Arcoverde-PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em seus anexos.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Nº	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR UNITARIO
----	-----------	------	--------	----------------	----------------



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALSADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA & CORRENTIVA DE ELEVADOR, FICA NA OBRIGAÇÃO DA EMPRESA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, FERRAMENTAL EQUIPAMENTOS PEÇAS NECESSARIAS & PRESTAÇÃO DE RIÇOS, EM DETRIMENTO DA NECESSIDADE DE DEMANDAS DA CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE.	UNID	1	R\$ 9.767,32	R\$ 9.767,32
R\$ 9.767,32 (nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).					

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024, em 06 meses regida por a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara municipal de Arcoverde para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

.....

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



### **6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

### **8. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021, e com as consequências indicadas na mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa por motivo de interesse público.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:



## **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

**CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE**  
**(CASA JAMES PACHECO)**



11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO REAJUSTE.**

14.1. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data da celebração do contrato, nos termos do § 8º do art. 25 da Lei nº 14.133/21.

14.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

14.3. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

### **15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

15.1. As condições da qualificação econômico-financeira encontram-se definidas no termo de referência.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE  
(CASA JAMES PACHECO)



### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios (AMUPE), assim como deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial (Portal da Transparência) o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, nos termos do art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Arcoverde-PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Arcoverde, ..... de ..... de 2024

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-